



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

	REQUERIMENTO	Número	/x (.a)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número	600/x (4.a)

Expeça-se
Publique-se
27/11/08
Q Secretário, da Mesa
Mecorreia

Assunto: Desmaterialização dos Livros do Registo Predial

Destinatário: Senhor Secretário de Estado da Justiça

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Na actual conjuntura do país, a necessidade de investimento estrangeiro e tecnológico, com forte impacto directo, indirecto e induzido na economia local, regional e mesmo nacional, constitui um factor determinante.

Por outro lado, um investimento na área da desmaterialização, para além de constituir um instrumento facilitador da execução do Plano Tecnológico que está a ser implementado pelo Governo, iria dinamizar a instalação de outras empresas e alavancar a formação de um "cluster" regional de tecnologia e inovação.

O Município da Sertã, logo que teve conhecimento da intenção do Governo em abrir um concurso na área de desmaterialização de documentação, após porfiadas negociações com a empresa que detém a nível internacional mais "know-how" e que mais trabalha nesta área com a União Europeia ("INFOTECHNIQUE"), formou um consórcio com essa empresa e outra da área da consultadoria ("IPI"), a fim de participar no Concurso aberto pelo Instituto dos Registos e Notariado com o objectivo de desmaterializar os livros do Registo Predial.

Refira-se que este acordo obrigava à constituição e instalação de uma empresa deste tipo no Município da Sertã, direccionada para os mercados de língua portuguesa e espanhola, facto que permitiria dinamizar a instalação de outras empresas e alavancar a formação de um "cluster" regional de tecnologia e inovação.

Todavia, nenhuma destas razões foram consideradas atendíveis no referido concurso, tendo o Presidente do Instituto dos Registos e Notariado, após diversos imprevistos, determinado a sua anulação ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA


Nos termos das normas constitucionais e regimentais em vigor, vimos solicitar e requerer ao Governo, através do Senhor Secretário de Estado da Justiça, se digne prestar as seguintes informações:

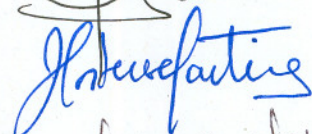
- 1 - A desmaterialização dos livros do Registo Predial já se iniciou?
- 2 - Em caso afirmativo, com que meios?
- 3 - Que empresa ou empresas estão a apoiar os serviços nesta tarefa?

Palácio de São Bento, 26 de Novembro de 2008.

Deputado(a)s:

Maria Cidália Faustin

 (Vitoria Bonavina)

 (Hortense Narkus)
